
A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da
universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões
(1970-2012)¹

The historiography of Paraná and the symbolic space of the
university: the historians, their locations and their regions
(1970-2012)

Gilmar Arruda*
Wander de Lara Proença**

Resumo

Notas de pesquisa sobre a historiografia produzida nas universidades paranaenses, após anos 70, e que tematiza o espaço paranaense. Trata-se de projeto de pesquisa em andamento sobre os processos que delinearão a produção, a evolução e como os autores dialogaram com as construções sobre o campo de conhecimento estabelecido como “História do Paraná”. Pretende estudar os procedimentos do próprio discurso que se nomeia de “história regional” e as relações de poder que ele pressupõe. Finalmente, apontam-se possibilidades investigativas sobre as relações da produção com o seu “lugar social”, os ambientes a partir dos quais a produção do conhecimento histórico é elaborada e disseminada que, no caso aqui delineado, são as universidades, os programas de pós-graduação e os encontros dos historiadores.

Palavras-chave: Historiografia paranaense. História regional. Universidades. Espacialidades. Temporalidades.

Abstract

Research notes on the historiography produced in universities in the state of Paraná, by their professors and researchers, since the 1970's, that describe the space in Paraná. The study seeks to comprehend the processes which delineate their production and the forms that the authors dialogue about the field of knowledge established as “The History of Paraná,” studying

¹ Projeto de pesquisa *A Historiografia no Paraná: os historiadores, seus lugares e suas regiões*, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina.

* Doutor em História. Professor do Departamento de História/UEL. Pesquisador CNPq. E-mail: garruda@uel.br

** Doutor em História. Professor do Departamento de História/UEL. E-mail: wander@uel.br

the proceedings of its own discourse named “regional history,” and the power relationships it presupposes. Finally, this text points to possible investigations about the relationships of production with its “social location,” and the environment from which the production of historical knowledge is elaborated and disseminated, which, in this case are the university, the postgraduate programs, the congresses and meetings of historians.

Keywords: Historiography of Paraná. Regional history. Universities. Spatiality. Temporality.

Introdução

Foram significativas as transformações que se processaram no campo historiográfico nas últimas décadas do século XX, inaugurando práticas, promovendo rupturas e redefinindo o trabalho do historiador. Em sua *Pequena história dos historiadores*, Tétart dimensiona estas reconfigurações:

Da perda dos grandes paradigmas unificadores à explosão dos campos, dos objetos, dos métodos; da diversificação dos enfoques ao cruzamento entre ciências sociais; da chegada ao primeiro plano de novas gerações de historiadores às interrogações sobre a identidade da profissão; da renovação da interrogação metodológica às questões epistemológicas.²

Obras coletivas, como *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, de Jean Boutier e Dominique Julia,³ demonstram bem essas mudanças ou renovações do campo em que atua o historiador ou no qual se dá a pesquisa histórica, a saber: a conquista de novos objetos e de novos territórios; o emprego de novos métodos e aportes teóricos; ampliação das fontes; interfaces ou conexões da história com outras disciplinas; estabelecimento de modalidades no interior da própria disciplina.

No Brasil, a esse processo de transformação – tanto no “fazer histórico” quanto no que se compreende sobre o significado do que é história – somou-se a profissionalização do fazer historiográfico, a partir do início dos anos de 1970. Nessa década, começaram a ser implantados os programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, resultando em importante impacto na produção historiográfica posterior. Espaços de produção institucionalizados, carreiras profissionais dependentes de obtenção dos títulos

² TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 151.

³ BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora FGV, 1998.

atribuídos pelos programas de pós-graduação e expansão do número de universidades pelo interior do país são algumas características do contexto no qual emergiu grande parte da produção historiográfica posterior aos anos de 1970. Frente a esse conjunto de transformações, pretendemos com este artigo expor algumas premissas de um projeto de pesquisa sobre a “história da história”, ou uma história da historiografia, produzida nas universidades paranaenses que tiveram como objeto de análise o espaço paranaense. Nessa pesquisa, buscaremos compreender os processos que delinearão a produção daquela historiografia e as formas como seus autores dialogaram com as definições de espacialidade e temporalidade do campo de conhecimento estabelecido como “História do Paraná”.

A história da historiografia como campo de análise

Estudar o desenvolvimento, ou as transformações, da própria disciplina vem se constituindo numa das práticas do campo historiográfico. Como observa Jacques Le Goff, tal procedimento consiste em “um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no desenvolvimento histórico global”.⁴ Esse olhar do historiador, sobre a história da sua disciplina, veio configurar-se num “novo setor especialmente rico da historiografia: a história da história”.⁵

Marie-Paule Caire-Jabinet também destaca a historiografia entre os canteiros mais recentes da história: “durante muito tempo considerada como um simples inventário desprovido de interesses, a historiografia é atualmente objeto de novas pesquisas que realçam os diferentes modos de escrever a história conforme as épocas”.⁶ Desse modo, tem-se consolidado o desenvolvimento de uma concepção referente à história da historiografia; a formação de um setor do conhecimento no interior da história enquanto disciplina, abarcando a história dos escritos históricos, seus métodos, interpretações e controvérsias.

A compreensão da história dos historiadores, reconstituindo-a, reinterpretando-a, ou considerando-a em relação a seu próprio tempo e contexto, permite aos historiadores manter sua disciplina vinculada à “consciência do tempo”, como “ciência da mudança, da transformação em si e nela mesma”.⁷

⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 7.

⁵ *Ibidem*, p. 135.

⁶ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 143.

⁷ LE GOFF, J.; NORA, P. apud TÉTART, op. cit., pp. 8-9.

A história da história e dos historiadores passa primeiro por colocar em perspectiva os modos diferentes de pensamento dos historiadores com a sociedade na qual eles evoluíam e evoluem, a fim de sublinhar as conquistas, as rupturas, a formação progressiva de um senso crítico, de um pensamento e patrimônio científicos. Esse tipo de introspecção decorre do espírito do tempo.⁸

Tétart avalia que, há alguns anos, os cursos universitários vêm acentuando progressivamente esse retorno essencial a eles mesmos, aos historiadores, preocupando-se novamente em interrogar sua própria memória e a de seus predecessores: “esse exercício apela para novos questionamentos metodológicos, um esforço autocrítico, que leva a interrogações epistemológicas”.⁹ Porém, a expressão “história da história” é polissêmica, podendo significar, segundo Jabinet, “a arte de escrever a história, a literatura histórica ou ainda, a história literária dos livros de história” e, ainda, conforme o contexto, podendo fazer referência “às obras históricas de uma época, às obras dos séculos posteriores sobre essa época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história”.¹⁰

Por sua vez, Jacques Le Goff amplia o conceito para além da “produção histórica profissional”, incorporando “todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época”.¹¹ Esse alargamento do sentido de “história da história” é importante para as definições conceituais da pesquisa, pois abre a perspectiva de tematizar a produção historiográfica em suas interfaces com uma “cultura histórica” que se forma no diálogo com essa mesma produção. As noções e debates sobre o espaço e as regiões implícitas ou explícitas na produção historiográfica é um dos temas que se inserem dentro dessa noção de “cultura histórica”.

Entendemos que uma pesquisa sobre a “história da história” deve abordar a “cultura histórica” na qual está inserida a “historiografia dos historiadores”, mas não pode deixar de refletir criticamente sobre o “conjunto de práticas dos historiadores”. Nesse sentido, Jacques Le Goff, cita Krzysztof Pomian, para reafirmar a ideia:

Aquilo de que hoje precisamos é de uma história da história que deveria colocar, no centro das investigações, as interações entre o conhecimento, as

⁸ Ibidem, p. 8.

⁹ Ibidem.

¹⁰ CAIRE-JABINET, op. cit., p. 16.

¹¹ LE GOFF, op. cit., p. 48.

ideologias, as exigências da escrita, em resumo, aspectos diversos e, por vezes, discordantes do trabalho do historiador.¹²

A história pensada enquanto ciência “depende de um saber profissionalmente adquirido”,¹³ que se dá em lugares específicos. No caso em estudo, principalmente nos programas de pós-graduação universitários, o que será comentado mais adiante. Uma “história da história”, como tal, deve tomar esse lugar como um problema a ser analisado, tematizando suas relações não somente dentro do respectivo campo de conhecimento, mas também com outros campos de formação da “cultura histórica”. Nesse sentido, refletir sobre as representações que a historiografia formulou ou construiu em um dado momento histórico – tomando a própria historiografia como fonte e objeto de análise e investigação – pode corresponder à ideia inspirada em Michel de Certeau de que “fazer história” é efetivamente “levantar o véu da ciência histórica”.¹⁴

As preocupações com a atividade do historiador não são recentes. Poder-se-ia remontar ao início do século XIX, com Leopold Von Ranke, quando investia contra a “história moralizante” dizendo que a tarefa do historiador era “... apenas mostrar como realmente se passou”.¹⁵ Debates sobre os significados, seus métodos e relação com a teoria e filosofia podem ser acompanhados desde então. Limitaremos à segunda metade do século XX o acompanhamento desse debate. Nesse aspecto, em relação ao contexto brasileiro, pontua-se que nos anos 1950, e mesmo nos de 1960, prevalecia em termos quantitativos um tipo de história que se poderia chamar de “tradicional”, “produzida por intelectuais autodidatas com as mais diversas formações, também vinculados a instituições de ensino e agremiações tradicionais, como sociedades e institutos históricos”.¹⁶ Como já mencionado, a “profissionalização” do historiador no país foi mais tardia a esse período e ainda não se consolidou, pois, embora contando com historiadores profissionais, a profissão em si, ainda não é reconhecida pelo Estado. Assim, a historiografia brasileira nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX trazia como característica predominante a “prevalência de uma história centrada no Estado, história oficial (quando não oficiosa), apologé-

¹² Ibidem, p. 136.

¹³ Ibidem, p. 50.

¹⁴ CERTEAU apud TÉTART, p. 09.

¹⁵ CARR, Edward. *O que é história?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 12.

¹⁶ MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina*. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 17.

tica das elites governantes (quando não paroquial e biográfica)”.¹⁷ Francisco Falcon, ao analisar esse perfil de produção, destaca um centro de conhecimento importante naquele contexto – a Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio de Janeiro – para mostrar que em tal ambiente as diretrizes de produção eram marcadas pela ausência de discussão teórica, valorização do exercício da história política e diplomática tradicionais, além de inexistência propriamente da pesquisa. Desse modo, a historiografia continuava fiel ao empirismo positivista, cultivando uma história do Estado e seus agentes políticos, militares, administrativos e diplomáticos.¹⁸ A renovação, ainda incipiente, buscava veredas fora da “academia”, como nas obras de autodidatas, sociólogos, juristas e outras interfaces.¹⁹

Em um espectro internacional, uma série de mudanças, após os anos de 1950, levaria a história a redefinir problemáticas, métodos e objetos face às ciências sociais e humanas, alargando seu território ao passo em que constituía novos campos e modalidades no interior da própria disciplina. Jean Boutier e Dominique Julia destacam que, numa espécie de “exame periódico de consciência”, os historiadores se interrogavam mais incisivamente sobre o estatuto de sua própria disciplina.²⁰ Observam-se aí esforços sistemáticos e coletivos de reflexão sobre a atividade do historiador. Três razões podem ser aqui citadas como exemplo dessas análises. A primeira, está ligada às transformações rápidas do ensino secundário, tornado ensino de massa naquele período. As matemáticas, as áreas exatas, de modo geral, apresentavam-se aos olhos de determinados setores da sociedade como mais “úteis” frente às demandas que o mundo social e econômico projetava. Indagava-se: a cultura histórica seria fundamentalmente necessária à formação do homem moderno? Os historiadores, então, “travaram duras batalhas para manter o lugar da história nos programas” diante da proeminência das áreas exatas, para sublinhar seu valor existencial e cívico. Fernand Braudel e Jacques Le Goff, por exemplo, tiveram um papel decisivo ao introduzirem “no ensino secundário a história das civilizações, tal como se desenvolvia em torno da revista *Annales*”.²¹ A segunda razão, adveio de uma espécie de divórcio flagrante e

¹⁷ Ibidem, p. 18.

¹⁸ FALCON, Francisco J. C. História e historiografia nos anos 50 e 60 do ponto de vista da cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade Nacional de Filosofia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Conceitos sobre história e educação*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.

¹⁹ MALERBA, op. cit., p. 19.

²⁰ BOUTIER; JULIA, op. cit., pp. 22-25.

²¹ Ibidem, p. 22

sentido como intolerável entre a história universitária, por um lado, e a chamada “vulgarização histórica”, por outro, praticada por historiadores externos ao mundo universitário. Isso fez que o mundo editorial exercesse grande influência em relação à produção historiográfica, possibilitando o surgimento de várias coleções históricas. A escrita da história sentiu os efeitos dessa abertura. Por último, uma série de questões levou a história a “redefinir problemáticas, métodos e objetos face às ciências sociais e humanas”.²² Vários colóquios e números especiais de revistas inauguraram naquele momento uma reflexão mais exigente sobre o “fazer história”, com uma constatação:

A carência de reflexão sobre o que fazem, de lucidez de seu sentido entre os historiadores profissionais [...] tem algo de estarrecedor. [...] Se a conversa girou sobre métodos, e ainda assim muito pouco, já é mais do que tempo de nos perguntarmos [...] quanto à clareza do que fazemos e para que servimos.²³

José Carlos Reis destaca que,²⁴ a partir de 1988, os próprios *Annales* iniciaram uma revisão de seu projeto desde os seus fundadores. No editorial do número 2, de março/abril de 1988, tenta-se compreender o novo momento pelo qual atravessava aquela escola. Mais do que um balanço, buscou-se fazer um exame de consciência, definir termos de um tempo de transição, reviravoltas. “Agora, em 1988, os *Annales* parecem não confiar tão decididamente em seus sócios e fala até mesmo de uma crise das ciências sociais”.²⁵ Com isso, nas últimas décadas no século XX, não obstante um panorama de abundância de temáticas e modalidades, é vivenciada uma atmosfera de incertezas e crises no campo do historiador. Aspectos relacionados à linguagem, à narratividade, ao estilo do texto historiográfico e ao tratamento metodológico das fontes, são exemplos das questões que instigaram inúmeros debates e posicionamentos teórico-conceituais no período.²⁶ Analisar, historicizando tais transformações, apresenta-se, portanto, como um campo fértil para o estabelecimento de um olhar investigativo que se converta em autorreflexão para o próprio campo historiográfico em seu tempo presente.

Vale observar que a história social engendrada a partir dos *Annales* foi um dos caminhos seguidos, por parte da historiografia brasileira, para transpor os modelos historiográficos tradicionais predominantes, especialmente

²² *Ibidem*, p. 24.

²³ *Ibidem*, p. 25.

²⁴ REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales*. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 126.

²⁵ *Ibidem*, p. 127.

²⁶ *Ibidem*, pp. 127-8.

na primeira metade do século XX. Nos anos de 1970, essa tendência se reforçaria com a constituição dos programas de pós-graduação, como o da USP que “foi pioneiro no Brasil, uma verdadeira matriz que formou quase a totalidade dos historiadores brasileiros.”²⁷ Desse modo, caberá como estratégia do projeto em desenvolvimento investigar as influências teóricas ou conceituais que teriam sido exercidas pelos programas que se expandiram após aquele período. Nossa hipótese é que os programas de pós-graduação em história, surgidos a partir do início da década de 1970, influenciaram significativamente na constituição do objeto de pesquisa em questão. A formação de historiadores, para atendimento das demandas das carreiras universitárias, nas novas instituições, teria cumprido importante papel na difusão das novas tendências da historiografia no período, formando assim um tipo de ‘cultura histórica’:

Por volta de 2000 havia no Brasil 26 programas de pós-graduação em história, meia dúzia dos quais ofereciam cursos de doutorado. Vale dizer, à grande guinada da história social e econômica em direção à “nova história cultural e política” acompanha a explosão institucional dos programas de pós-graduação no país, que cresceu em torno de 150% em oito anos. [...] Registre-se apenas a conjuntura institucional em que se situam as grandes mudanças de orientação teórica da historiografia brasileira nas últimas duas décadas.²⁸

Além da crescente preocupação com o fazer dos historiadores, mencionado anteriormente, François Hartog acrescenta outro argumento sobre o interesse contemporâneo em relação à “história” e o “passado”. O autor observa que a partir dos anos de 1990, as disciplinas, as instituições e mesmo as empresas desenvolveram uma relação com o tempo marcada por um movimento de retorno sobre si mesmas, “repentinamente preocupadas com seus arquivos e sua história”:

A disciplina histórica também conhece essa perspectiva e esse encaminhamento historiográficos, notadamente como trabalho reflexivo sobre seus pressupostos e suas práticas, se esforçando em incluir sua própria historiografia na medida de seu próprio desenrolar.²⁹

No contexto historiográfico, emergente a partir dos anos 1970, a questão da identidade tornou-se foco, daí a proeminência de alguns vetores,

²⁷ Ibidem, p. 67.

²⁸ MALERBA, op. cit., p. 69.

²⁹ HARTOG, François. “Tempo e história: como escrever a história da França hoje?” In: *História Social*. Campinas IFCH-UNICAMP, 1996, 3, p. 151.

como: a *memória*, reconstruída pela história para que possa contar sua história; o *patrimônio*, por isso o valor referente à conservação (monumentos, objetos, modos de vida, paisagens); o *ecossistema*, enquanto representante da vida (daí ser um presente inquieto). Em síntese, trata-se de um presente que se encontra “em busca de suas raízes e identidades, preocupado com a memória e com as genealogias e ansioso pela defesa do ecossistema”.³⁰ Com isso, viver o país e a ecologia tornam-se temas mobilizadores e em pleno desenvolvimento. Conservação e reabilitação substituíram – notadamente nas políticas urbanas – o simples imperativo de modernização: “como se quiséssemos preservar, reconstituir, um passado já desaparecido ou em vias de se apagar irremediavelmente”.³¹

Inseridos no ambiente historiográfico das universidades brasileiras, no período das décadas de 1970 a 2000, os historiadores, ao definirem seus temas e realizadas suas pesquisas e textos, estariam dialogando com uma identidade regional formulada anteriormente por outras tradições historiográficas? Tratar-se-ia de uma “reposição” identitária, mesmo que pelas vias da negação daquela formulada nos anos de 1950 e 1960 e tida como normatizadora?

A análise da produção historiográfica escolhida exige alguns procedimentos metodológicos. François Hartog, ao tomar a historiografia como fonte de análise, definiu alguns dos procedimentos metodológicos de investigação que utilizaremos. O autor propõe o uso de prefácios ou textos de apresentação das obras selecionadas para seus estudos. Nesses preâmbulos, seria possível observar as características principais, bem como definir o campo de diálogo entre presente e passado que norteou, ou normatizou, a sua respectiva elaboração. A escolha e definição dos “prefácios” como fontes, busca “apreender um projeto historiográfico singular, configurações do saber”, associando-os a “conjunturas intelectuais e políticas”.³² Seu projeto, portanto, não se reduz a uma análise apenas interna das escritas de história, mas as articula com campos externos, relacionados à sua produção. Cabe ressaltar que boa parte da produção historiográfica a ser analisada constitui-se de dissertações e teses que não chegaram a ser publicadas. Assim, tomaremos as ‘introduções’ de forma semelhante aos prefácios e apresentações.

³⁰ Ibidem, p. 138.

³¹ Ibidem, p. 138.

³² HARTOG, François. (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 10 (trad. de Jacyntho Lins Brandão).

Nesse aspecto, as questões que nortearam a investigação de Hartog também são pertinentes para o presente projeto, instigando algumas questões: Como esses autores, da historiografia do Paraná em ambiente universitário, conceberam sua tarefa e apresentaram suas obras? Quem fala, para quem, como e por quê? Quais incentivos, fomentos ou amparo financeiro custearam as produções? Como se escreveu a história nesse período? Ainda em termos metodológicos, Hartog busca situar as plataformas ou os ambientes a partir dos quais a produção do conhecimento histórico foi elaborada e disseminada que, no caso do projeto aqui delineado, são a universidade, os programas de pós-graduação, os congressos e encontros dos historiadores.

O “lugar social” da historiografia no Paraná

Michel de Certeau afirmou que todo discurso historiográfico está imerso nas relações dos *lugares sociais* do qual emergiu. As normas de validação, as regras da instituição, os códigos do grupo ‘científico’ ao qual pertence, por origem, o texto, evidenciam essas conexões:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados. (...) É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam.³³

O nosso objeto de análise, “o conhecimento historiográfico”, pensado como um dos sentidos que pode ser atribuído ao termo história, ou seja, aquela resultante de um esforço de pesquisa metodologicamente controlado,³⁴ é o que foi produzido - como afirmado anteriormente - nas universidades. É resultante, em grande parte, da estruturação e expansão das instituições universitárias e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* a partir dos anos de 1970. Este fenômeno criou uma demanda por “titulação”, decorrente das necessidades da carreira acadêmica. Portanto, tomamos os cursos de pós-graduação e as instituições universitárias situadas no Estado do Paraná como os “lugares sociais da produção historiográfica”.

A década de 1970 marca o início da expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em história no país. Essa tendência foi acentuada nas duas últimas décadas do século XX, influenciando a produção científica da

³³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-7.

³⁴ MARTINS, Estevão de Rezende. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 09.

área, como foi observado por vários analistas do panorama historiográfico brasileiro.³⁵ Simultâneo a esse crescimento e, em parte, também derivado desse fenômeno, houve um incremento nas linhas de pesquisa definidas ou enquadradas como sendo “história regional”. De outra forma, pode-se dizer que a produção historiográfica procurou delimitar outras espacialidades que não as já definidas anteriormente no campo da historiografia, como, por exemplo, a de *Brasil*.

A discussão sobre os efeitos da espacialidade, ou dos significados das definições espaciais adotados pelos historiadores nos resultados de sua produção, tem sido examinada em várias obras, especialmente aquelas voltadas ao estudo das relações entre o surgimento da historiografia e suas relações com os estados-nacionais modernos. Angela Castro Gomes demonstrou as relações entre espaço e produção do passado por historiadores e outros intelectuais no surgimento de uma “consciência nacional”, ou seja, os vínculos da noção de tempo com a noção de território. A valorização do tempo se dá a partir dos acontecimentos que estão no calendário cívico de um país, os quais ocorrem em um “lugar” geográfico específico: A ideia da nação brasileira, como uma ‘porção de espaço’, separada, vista como um ‘território’ com forte conotação cartográfica, foi uma das características centrais da narrativa, objeto da análise de Gomes. As metáforas geográficas, no discurso da nacionalidade, buscariam estabelecer as fronteiras e suas relações com o tempo/espaço, definindo a marca da conquista territorial e sua manutenção: “Desta forma, o discurso ‘geográfico’ de estabelecimento de fronteiras é um discurso ‘histórico’, fruto de um longo e cuidadoso trabalho historiográfico...”³⁶

A relação do espaço – de forma mais ampla a natureza, a terra – com fenômenos de definição ou com estabelecimento de identidades, a partir especialmente do século XIX, é comum nos processos de construção de identidades nacionais e regionais. As narrativas sobre o espaço, especialmente as da geografia e da história, investiram pesadamente em constituir uma delimitação e uma individualização das culturas e do território em confronto com os outros territórios e culturas fronteiriças.

É preciso lembrar que a história e a geografia surgiram como disciplinas no século XIX, simultaneamente à constituição dos Estados Nacionais

³⁵ Ver especialmente FICO, Carlos & POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas-SP: Papirus, 1996; e FALCON, Francisco J. C. “A identidade do historiador.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, UFF, 1996, vol. 09, pp. 07-31.

³⁶ GOMES, Angela Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 24.

Modernos. As primeiras e as principais preocupações dessas disciplinas foram os limites geográficos nacionais e a história da pátria. A questão do território foi de grande importância na construção das nacionalidades e nações a partir daquele século. A história, a literatura e a geografia – ao tomarem os territórios como tema de suas narrativas – propiciaram os elementos necessários para que os homens pudessem sentir-se participando de um passado comum. Nesses relatos, os eventos teriam acontecido em determinado território que é anacronicamente projetado para o passado. Sobre esse território, denominado de nacional, a geografia e a história projetavam seus conhecimentos para referendar as possibilidades de hegemonia e soberania da nação e a construção de um sentido de “comunidade”. Assim, a nação e o nacionalismo seriam resultado de uma “comunidade imaginada”. Imaginada como limitada e soberana. Limitada porque não é possível conhecer todos os que comporiam a nação, por pressupor uma igualdade que não existe de fato devido aos limites do próprio território e de soberania limitada, pois pressupõe que a lei tem vigência somente nos limites daquele território.³⁷

Coloca-se, então, o problema capital para a produção que se nomeia, ou é nomeada, de história regional que é a definição do que se entende por região, quais seus pressupostos e como abordar esse problema no campo da história. Cabe ainda analisar os conceitos sobre a ideia de *região* promovidos *pela* e *na* produção historiográfica realizada nas universidades paranaenses, ao longo do período proposto. Esta discussão permite situar os possíveis desdobramentos das “espacialidades” definidas nos diversos textos no processo de “fundação” de novas “regiões”, fundamentando novas áreas de saber.

Nos anos 1970 e 80, momento no qual se pode identificar o crescimento do interesse pela história regional, a ideia ou definição de região, no campo da história, estava associada fortemente à problemática de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira. Autores como Francisco de Oliveira viam a região e o regionalismo em processo de desaparecimento no processo de homogeneização do processo capitalista pelo espaço da sociedade brasileira.

Rosa Maria Godoy Silveira afirmava, então: “É inegável que a maior parte dos estudiosos da chamada ‘questão regional’ concentrou suas análises e suas elaborações teóricas a partir do processo de constituição do capitalismo”.³⁸ Assim, o processo de diferenciação ou de surgimento de

³⁷ Ver ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁸ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 39.

“regiões” seria decorrente do próprio processo de especialização e desenvolvimento das forças produtivas. O regionalismo, enquanto fenômeno político, aparecia como um desdobramento ideológico, apropriado pelas classes ou grupos dominantes dentro destes recortes espaciais.

No final dos anos de 1980 e, mais fortemente, nos anos de 1990, as transformações no campo da historiografia – evidenciadas pela expansão da história da cultura, os estudos do simbólico e das representações – fizeram que o fenômeno *região* também passasse a ser analisado por essa perspectiva. Passou-se a compreender, então, que não existiam critérios objetivos ou “naturais” que pudessem definir o que seria uma região. A partir, principalmente, da influência de Pierre Bourdieu, pensava-se que todas as ordens de discursos, que procurassem explicitar identidades e especificidades de um determinado espaço, nomeado de região, incidiam no “poder simbólico” ou no “campo da luta simbólica.”³⁹

Naquele momento, as análises passaram a tomar a história regional como um discurso que participava da “luta de representações” de duas formas: primeira, a fixação do seu objeto já seria um campo de luta com outras disciplinas ou ainda uma disputa dentro do campo historiográfico com outras interpretações sobre a “história regional”; segunda, a tentativa de objetivação científica do discurso regionalista, criando um suporte autorizado pelo “capital simbólico” investido na figura do historiador, seria uma luta de legitimação do recorte regional.⁴⁰ Durval Albuquerque JR. sintetizou a perspectiva apontada:

³⁹ Isso não significa, como alerta Pierre BOURDIEU, esquecer as relações entre as ordens de discursos que pretendem classificar um espaço social, e é isto exatamente que pretende o discurso regional, e as próprias práticas dos sujeitos sociais que, simbolicamente ou na prática cotidiana, operam com elementos de classificação: “Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais)”. Não é só o discurso sociológico que acredita nessas relações espontâneas entre o “real” e as “representações”, o discurso histórico partilha da mesma crença. Cf. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 113.

⁴⁰ Ver PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo – o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997; SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995; TOMAZI, Nelson Dácio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997; ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000.

A “história regional” participa da construção imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica. Ela padece do que podemos chamar de uma “ilusão referencial”, por dar estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático. Mesmo quando historiciza este espaço, o valida como ponto de partida para recortar a historicidade. Ela faz uso da região “geográfica” para fundar uma região epistemológica como campo historiográfico, se justificando como saber, pela necessidade de estabelecer uma história da origem desta identidade regional, afirmando a sua individualidade e sua homogeneidade. (...) O nacional e o regional não são critérios de validação de uma produção historiográfica, não são referenciais pertinentes para fundar uma epistemologia. (...) A unidade que interessa ao historiador é a unidade de enredo, de trama, não estas unidades identitárias forjadas no próprio processo histórico e que são elas também pluralidades de séries.⁴¹

Analisar, então, a produção historiográfica sobre o espaço paranaense no período proposto, dentro da perspectiva apontada anteriormente, implica investigar as produções anteriores, com as quais teria sido estabelecido o diálogo, ou o “campo de luta simbólico” em torno das regiões. Nesse sentido, deve-se lembrar que a produção historiográfica no Paraná, abordando o contexto regional, dentro da instituição universidade, é anterior ao processo de formatação dos cursos de pós-graduação, na década de 1970. Desde os anos de 1950, existia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, no Departamento de História, um grupo de professores e pesquisadores que formatou a primeira geração de textos oriundos desse “lugar social”: a universidade. Essa produção construiu uma definição da ideia de região – Paraná – e deu suporte a uma história contida, em termos espaciais, na definição do Paraná. Uma coleção organizada na década de 1960, por Faissal El-Khatib, composta por 04 volumes, que tratava da história “do Paraná”, evidencia essa perspectiva.⁴² Nessa publicação, no volume 01, participavam os principais pesquisadores da UFPR, daquela primeira geração associada à universidade. Na apresentação, Bento Munhoz da Rocha Neto, intelectual e ex-governador do Estado, argumentava sobre a “necessidade de divulgação da história” paranaense. Reiterava essa importância por meio de dados acerca do “perfil psicológico do paranaense tradicional face ao crescimento demográfico, à ocupação desordenada do território, ao surto cafeeiro, ao pioneirismo inovador e aos próprios conflitos sociais decorrentes desses

⁴¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes*. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 1994, p. 10.

⁴² EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. Vol.1. 2ª. ed. Curitiba: Grafipar, 1969.

processos”.⁴³ Nesse mesmo propósito, ao prefaciar *Campos Gerais: estruturas agrárias*, em 1968, já destacava o papel da universidade para tal intento:

Esse trabalho serve também de exemplo para mostrar como deve ser uma Universidade. Como Universidade, a do Paraná tem de estar integrada no ciclo de civilização a que pertencemos, isto é, o europeu-americano, e não pode deixar de possuir características comuns a todas as Universidades do país, características que nos distingam, afirmando nossa personalidade nacional e nossa cultura, sem que, a Universidade ficaria distanciada da vida. Mas sendo do Paraná, estando situada em nosso Estado, tem, em certo gênero de pesquisas, atentar para o regional, de diferenciar-se justamente aí, para não perder seu sentido dentro da sociedade global brasileira.⁴⁴

Essa primeira formatação, ou construção da ideia de uma região paranaense, oriunda do “lugar social” *universidade*, que retomava e dialogava com definições de região anteriores, tornou-se, na década de 1990, objeto de estudos e reflexões desenvolvidas no próprio Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Esses estudos analisaram a produção dos “discursos” sobre a região, tomando-os como operações políticas e de poder na construção de identidades e domínio político. A proposição de Cristiane Szesz exemplifica a opção metodológica dominante naquele momento:

A história regional é vista por nós como um modo de fazer existir a região, como um estudo dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequado à reprodução do Paraná. Ao invés de buscar uma continuidade histórica para essa identidade paranaense, para esses recortes temporais e espaciais, este trabalho busca suspeitar dessas continuidades, pondo em questão a construção dessa identidade, e dessas fronteiras fixas da região, introduzindo a dúvida sobre esses objetos históricos canonizados.⁴⁵

“A invenção do Paraná”

O objeto dessas pesquisas⁴⁶ era a produção estabelecida, que já havia se tornado parte da “cultura histórica” e circulava em manuais didáticos e livros de divulgação, como a coletânea citada anteriormente. Nas análises dos anos 90, a produção da geração universitária dos anos de 1950/60 apa-

⁴³ Ibidem, prefácio da obra.

⁴⁴ ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Prefácio. In: MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968, p. I.

⁴⁵ SZESZ, op.cit., p. 315.

⁴⁶ Com esta perspectiva foram produzidos na pós-graduação do Departamento de História da UFPR, entre outros, as seguintes pesquisas: PEREIRA, op. cit., SZESZ, op. cit., SZVARÇA, Décio Roberto. *O forjador: ruínas de um mito – Romário Martins, 1893-1944*. 2. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

recia com o estatuto legitimado e legitimador de uma “história do Paraná” produzida no “lugar social universidade”. A proposta dos anos 90 seria a sua “desconstrução”, apontando as operações de dominação e poder inerentes ao fenômeno das “construções de identidade”. Um questionamento a ser feito é se as análises realizadas na UFPR, nos anos de 1990, apontavam para uma “quebra” do discurso de “uma” história do Paraná formulada, ainda no começo do século XX, por, entre outros, Romário Martins, formulação que havia sido atualizada e legitimada nos anos de 1950/1960, pelos historiadores ligados a UFPR. Em outros termos, a partir das conclusões desta produção, poder-se-ia afirmar que não se concebia mais um único “passado” unificado que desse suporte à “região”, nem à formação de “um” paranaense que tivesse sido formado por esta experiência em comum no passado do espaço Paraná?

Um outro momento, e espaço, de luta no “campo simbólico das representações” pode ser acompanhado a partir da década de 1970, quando começaram a se constituir as instituições universitárias estaduais no interior do Estado. Foram criadas as Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Ponta Grossa (UEPG), sediadas nas respectivas cidades. No início de 1980 surgia a UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, sediada em Cascavel e com campus em várias cidades. O Departamento de História ficou sediado em Marechal Cândido Rondon.⁴⁷ Nas décadas de 70 e 80, diversos professores dessas instituições, impulsionados pelas demandas das carreiras acadêmicas, procuraram cursos de pós-graduação em instituições mais antigas, como a própria Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade de São Paulo (USP); e na década de 1980, as Universidades Estadual Paulista (UNESP) e a de Campinas (UNICAMP). Assim, surgiu uma série de pesquisas em história, e também na geografia e sociologia, que abordavam o território paranaense. Nesse aspecto, cabe destacar que os programas mais antigos do país são aqueles que, em geral, se definem por uma “grande área”, enquanto “os programas de criação mais recente identificam suas áreas de concentração a partir de recortes que conjugam mais de uma abordagem (como cultura e sociedade, cultura e poder, cultura e identidade, política e espaço)”, como afirmou Malerba,⁴⁸ acrescentando que isso representaria

⁴⁷ No final dos anos de 1990 e no início da década seguinte surgiram a Universidade do Centro Oeste do Paraná (UNICENTRO), sediada em Guarapuava e a Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP), sediada em Jacarezinho. Embora essas duas instituições contem com Departamentos de História e, mais recentemente, a UNICENTRO, constituiu um Programa de Mestrado em História, concentraremos as análises prioritariamente nas instituições mais antigas.

⁴⁸ MALERBA, op. cit., p. 69.

[...] um desvio de rota na historiografia nacional, que praticou a história econômica e social até avançado período da década de 1980; a chegada dos novos temários ligados à cultura, cultura política, memória e identidade, a partir da segunda metade da década de 1990, é indicadora de que a historiografia brasileira percorre o mesmo itinerário da latino-americana, em geral com duas décadas de atraso em relação às discussões e viradas temáticas/teóricas/epistemológicas que se passam nos grandes centros de onde importam seus modelos.⁴⁹

Um segundo momento, decorrente do surgimento das instituições estaduais foi o aparecimento dos cursos de pós-graduação.⁵⁰ No final dos anos de 1990, as universidades estaduais paranaenses começaram a instalar seus próprios cursos de pós-graduação *stricto sensu* em história. O primeiro foi um projeto da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, iniciado em 1999 e extinto em 2002. Atualmente existem cursos de pós-graduação (mestrado) em história na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); no campus de Marechal Cândido Rondon; na Universidade Estadual de Maringá (UEM); na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, os mais recentes, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Nesses programas de pós-graduação também foram desenvolvidas várias pesquisas que tomaram o espaço paranaense como referência para seus objetos.

Como exemplos da primeira fase da produção do “lugar social” – Universidades Estaduais paranaenses, com pesquisas realizadas na UFPR, USP, UNICAMP e UNESP – podem ser citados os seguintes autores e trabalhos: “A cafeicultura paranaense”,⁵¹ Nadir Cancian; “PSD-UDN: articulação e conflito na política paranaense”,⁵² Evandir Codato; “Pioneiros do capital”,⁵³ Ana Yara D. P. Lopes; “O fenômeno urbano numa zona pioneira”,⁵⁴ France Luz; “Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Por volta do ano 2000, havia no Brasil vinte e seis programas de pós-graduação em história, seis dos quais ofereciam cursos de doutorado. Ibidem.

⁵¹ CANCIÁN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970): estudo de conjuntura*. 1977. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

⁵² CODATO, Evandir. *PSD e UDN: Articulação e conflito na política paranaense, entre 1945 e 1950*. 1991. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

⁵³ LOPES, Ana Yara D. P. *Pioneiros do capital*. A colonização do Norte e Norte Novo do Paraná. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

⁵⁴ LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

Paraná”,⁵⁵ Maria Adenir Peraro; “Certeza de lucro e direito à propriedade”,⁵⁶ Nelson Dácio Tomazi e “Norte do Paraná: história e fantasmagorias”;⁵⁷ “O Eldorado: representações da política em Londrina”,⁵⁸ José Miguel Arias Neto; “Imagens do progresso: barbárie e civilização”,⁵⁹ Sonia Maria E. Lopes Adum; “O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)”,⁶⁰ Antonio Paulo Benatte; “Os euro-brasileiros: a colonização do oeste do Paraná”,⁶¹ Valdir Gregory; “As guerras épicas dos kaingang”,⁶² Lúcio Tadeu Mota, entre outros.

No que podemos denominar segunda fase, temos a produção realizada nos próprios cursos de pós-graduação das Universidades Estaduais. Desde 2006, foram produzidas na UEM 62 dissertações, sendo que 21 mencionam o espaço paranaense em seus títulos. Podem ser citados, como exemplo: “Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná: 1930-1950”,⁶³ Rosângela Kimura; “Lago de memórias: a submersão das Sete Quedas”,⁶⁴ Ana Paula dos Santos; “Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930”,⁶⁵ Eder da Silva Novak.

⁵⁵ PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná*. 1978. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1978.

⁵⁶ TOMAZI, Nelson Dácio. *Certeza de lucro e direito à propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1982.

⁵⁷ TOMAZI, Nelson Dácio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

⁵⁸ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado. Representações da política em Londrina (1930-1975)*. 1993. (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

⁵⁹ ADUM, Sonia Maria e Lopes. *Imagens do progresso: barbárie e civilização (1930-1960)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

⁶⁰ BENATTE, Antonio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

⁶¹ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

⁶² MOTA, Lúcio Tadeu. *A guerra dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1796-1924)*. Maringá: Eduem, 1994.

⁶³ KIMURA, Rosângela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná: 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

⁶⁴ SANTOS, Ana Paula dos. *Lago de memórias: a submersão das Sete Quedas*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

⁶⁵ NOVAK, Eder da Silva. *Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República - 1889 a 1930*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

Na UNIOESTE foram defendidas 55 dissertações desde 2008, sendo que no título de 26 há referências ao território paranaense, como, por exemplo, Odirlei Manarin, “Peões da Barragem: trabalhadores, memória e relações de trabalho dos operários da construção da Hidroelétrica de Itaipu – 1975 a 1995”⁶⁶ e Raphael Pagliarini, “O ‘colono’ na cidade: memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)”⁶⁷.

Na UEL, desde 2009 foram defendidas 32 dissertações, com apenas 05 fazendo referência ao espaço da cidade ou de outras localidades do Paraná. Pode-se citar, como exemplo: “Identidade e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina (1930-1970)”⁶⁸, Priscila Martins Fernandes; “Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina-PR: conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade (1975-2009)”⁶⁹, Carlos Roberto Ballarotti.

Fontes e procedimentos metodológicos

Cada geração, “... une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretção do passado para se representar, se localizar e projetar seu futuro”; a história é necessariamente escrita e reescrita a partir do presente.⁷⁰ Além disso, as interpretações mudam “... porque o conhecimento histórico muda; (...) Novas fontes, novas técnicas, novos conceitos e teorias, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e de suas interpretações estabelecidas”⁷¹. Mas talvez, o mais importante é que surgem novos historiadores, como afirma José Carlos Reis:

⁶⁶ MANARIN, Odirlei. *Peões da Barragem: trabalhadores, memória e relações de trabalho dos operários da construção da Hidroelétrica de Itaipu - 1975 a 1995*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

⁶⁷ PLAGLIARINI, Raphael. *O ‘colono’ na cidade: memórias e viveres rural-urbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2009.

⁶⁸ FERNANDES, Priscila Martins. *Identidade e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina (1930-1970)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

⁶⁹ BALLAROTTI, Carlos Roberto. *Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina-PR: conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade (1975-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

⁷⁰ REIS, José Carlos. Introdução. In: *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, FGV, 1999, p. 09.

⁷¹ *Ibidem*, p. 10.

... novos indivíduos talentosos, formados na leitura dos clássicos e na história presente, que formulam novas questões clássicas, oferecendo respostas surpreendentes, que influenciarão a representação que a sociedade em que vivem tem dela própria e do seu passado. Novos historiadores, ligados organicamente a novos sujeitos históricos, reinterpretam a história segundo as suas necessidades e a sua forma particular de relacionar o passado e o futuro.⁷²

Para se investigar a história da história, é necessário conhecer estes “indivíduos talentosos”, identificar suas concepções políticas, suas origens sociais, seus propósitos e percepções profissionais, em outras palavras, “suas visões de mundo.”

Quanto às fontes e procedimentos metodológicos, dois corpos de fontes preferenciais permitem a identificação desse sujeito que escreve sobre o passado, seguindo as regras da historiografia: textos publicados e depoimentos orais. O primeiro conjunto de fontes se compõe de: 1) introduções das teses e dissertações produzidas por profissionais ligados às universidades do Paraná que tematizaram o território ou regiões paranaenses; 2) introduções e prefácios de livros de história que tematizam o território ou regiões paranaenses; 3) artigos e resumos publicados em anais de eventos da área realizados no Paraná; 4) documentos dos programas de Pós-Graduação em História (PGHIS) das universidades estaduais paranaenses e da UFPR, que definam suas linhas de pesquisa e áreas de concentração.

O segundo conjunto de fontes advém da produção dos depoimentos orais. Entendida como um recurso metodológico fundamental para a produção de fontes que permitam investigar aspectos da “visão de mundo” dos indivíduos envolvidos na produção historiográfica, a história oral produz um material que dificilmente apareceria em outros tipos de fontes. Essa metodologia apresenta ainda a vantagem de se analisar aspectos do cotidiano e da vida privada:

[...] atenta às maneiras de ver e de sentir, que às estruturas ‘objetivas’ e às determinações coletivas, prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-histórica”.⁷³

A utilização da história oral, além do fato de poder registrar narrativas às quais de outra forma não teríamos acesso, justifica-se também pelo que ela tem de mais precioso e singular, a subjetividade, o que a torna

⁷² Ibidem.

⁷³ FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 4.

diferente, pois “conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”.⁷⁴ A questão principal não é se seria possível ou não controlar a subjetividade das fontes orais, para se proceder a uma análise objetiva, pois o seu valor reside não na imediata e “verídica” referência aos fatos, mas sim nas suas interpretações.⁷⁵

Considerações finais

Em síntese, como possibilidades de estudo das temáticas aqui propostas, apresentamos algumas hipóteses de trabalho que serão examinadas no desenvolvimento da pesquisa, objeto dessas notas: 1) a criação das universidades, os “lugares sociais”, no interior do Paraná, teria levado os pesquisadores a formular novas espacialidades para suas pesquisas?; 2) estes “novos lugares sociais” e estas novas “espacialidades” do discurso histórico do regional atenderiam ou se relacionariam às demandas de poder?; 3) quais teriam sido os resultados destes novos “espaços de conhecimento”: a fragmentação, a recusa ou a crítica da espacialidade construída pela primeira geração acadêmica da UFPR?; 4) quais teriam sido as “novas espacialidades” – *suporte* para a produção historiográfica das universidades do “interior” do Estado?; 5) quais seriam as origens das “demandas de poder” que motivaram as críticas realizadas pelos estudos realizados na UFPR, nos anos de 1990?; 6) em qual medida as transformações internas do campo historiográfico teriam influenciado nas abordagens e definições do espaço ou localidades paranaenses nas produções oriundas dos próprios cursos de pós-graduação existentes das universidades estaduais do Paraná no período?; 7) teriam as críticas e revisões realizadas nesse novo “lugar social” influenciado as análises posteriores e participado no campo de construção da “cultura histórica”?

Artigo recebido para publicação em 13/03/2013

Artigo aprovado para publicação em 18/06/2013

⁷⁴ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente.” In: *Projeto História*, São Paulo, 14 fev. 1997, p. 31.

⁷⁵ Para Portelli, as “fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir.” [grifos no original] idem, p. 32. Em outro lugar, o mesmo autor colocava esta questão de outra forma: “Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do *texto*: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados por técnicas e procedimentos, em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a linguística, a narrativa ou a teoria da literatura.” PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.” *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 59-72.